

O ESTADO DE S. PAULO



Editorial econômico

O malogro do leilão de transmissão de energia



O leilão de transmissão de energia elétrica realizado na semana passada representou mais uma derrota para o governo. Dos 12 lotes oferecidos, apenas 4 foram arrematados. O impacto foi tão negativo que especialistas já admitem a possibilidade de que a Eletrobrás, holding estatal do setor, tenha de voltar a disputar leilões, pois sem a implantação das linhas oferecidas cresce o risco de colapsos energéticos no futuro.

Foram oferecidos lotes em 13 Estados, mas só houve interessados em 5: Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Ficou frustrada a expectativa de atrair investimentos de R\$ 7,5 bilhões, reduzidos para R\$ 3,5 bilhões, bem como a geração de 17.868 empregos diretos. E, dos 4,6 mil km leiloados, menos de 2 mil km serão de fato construídos. “São linhas necessárias e que deixarão de ser construídas no momento adequado”, disse o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Além disso, a maioria dos lotes “está sendo rerepresentada, ou seja, já deveria estar pronta ou em construção”.

Os vencedores foram os consórcios TCL, Firminópolis, a novata Planova e a estatal paranaense Copel.

Exibindo balanços com prejuízos elevados, a Eletrobrás não tem participado dos últimos certames.

O governo elevou a receita máxima das empresas de transmissão, mas não o suficiente para atrair investimentos numa conjuntura econômica delicada, admitiu a diretora da consultoria Thymos, Thais Prandini. Num único lote houve deságio de 6,14%, ao contrário do que ocorria no passado, quando os investidores propunham grandes deságios para não perder as concorrências.

Além da remuneração vista por muitas empresas do setor como insatisfatória para compensar os riscos, os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) caíram de 70% para no máximo 50% do empreendimento (e na prática têm sido de 30% a 35% do projeto, segundo Prandini).

Outro obstáculo é a instabilidade regulatória. Nos últimos anos, companhias do setor elétrico tiveram forte redução de lucros ou mesmo prejuízos e se endividaram em bancos para manter a atividade, por causa de mudanças nas regras.

Operar linhas de transmissão é uma das tarefas mais seguras do setor elétrico, pois os investidores auferem receitas estáveis durante décadas. Malogros sucessivos nos últimos leilões confirmam que a política oficial inspira pouca confiança nos investidores.

O leilão de transmissão de energia elétrica realizado na semana passada representou mais uma derrota para o governo. Dos 12 lotes oferecidos, apenas 4 foram arrematados. O impacto foi tão negativo que especialistas já admitem a possibilidade de que a Eletrobrás, holding estatal do setor, tenha de voltar a disputar leilões, pois sem a implantação das linhas oferecidas cresce o risco de colapsos energéticos no futuro.

Foram oferecidos lotes em 13 Estados, mas só houve interessados em 5: Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Ficou frustrada a expectativa de atrair investimentos de R\$ 7,5 bilhões, reduzidos para R\$ 3,5 bilhões, bem como a geração de 17.868 empregos diretos. E, dos 4,6 mil km leiloados, menos de 2 mil km serão de fato construídos. "São linhas necessárias e que deixarão de ser construídas no momento adequado", disse o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Além disso, a maioria dos lotes "está sendo reapresentada, ou seja, já deveria estar pronta ou em construção".

Os vencedores foram os consórcios TCL, Firminópolis, a novata Planova e a estatal paranaense Copel. Exibindo balanços com prejuízos elevados, a Eletrobrás não tem participado dos últimos certames.

O governo elevou a receita máxima das empresas de transmissão, mas não o suficiente para atrair investimentos numa conjuntura econômica delicada, admitiu a diretora da consultoria Thymos, Thais Prandini. Num único lote houve deságio de 6,14%, ao contrário do que ocorria no passado, quando os investidores propunham grandes deságios para não perder as concorrências.

Além da remuneração vista por muitas empresas do setor como insatisfatória para compensar os riscos, os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) caíram de 70% para no máximo 50% do empreendimento (e na prática têm sido de 30% a 35% do projeto, segundo Prandini).

Outro obstáculo é a instabilidade regulatória. Nos últimos anos, companhias do setor elétrico tiveram forte redução de lucros ou mesmo prejuízos e se endividaram em bancos para manter a atividade, por causa de mudanças nas regras.

Operar linhas de transmissão é uma das tarefas mais seguras do setor elétrico, pois os investidores auferem receitas estáveis durante décadas. Malogros sucessivos nos últimos leilões confirmam que a política oficial inspira pouca confiança nos investidores.